

Concessionária do Sistema
Anhanguera-Bandeirantes S.A.
(Companhia aberta)

**Demonstrações financeiras referentes aos
exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
e relatório dos auditores independentes sobre as
demonstrações financeiras**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	12
Balancos patrimoniais	16
Demonstrações dos resultados	17
Demonstrações do resultado abrangente	18
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	19
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	20
Demonstrações do valor adicionado	21
Notas explicativas às demonstrações financeiras	22

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas., o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2. Apresentação

A Companhia (“CCR AutoBAn” ou “Companhia” ou “Concessionária”) é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém, direta e indiretamente, 100% do capital social da Companhia.

A Concessão do Sistema Anhanguera-Bandeirantes, com sede localizada na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, foi outorgada em 1998. O sistema é composto pelas Rodovias Anhanguera, Bandeirantes, Adalberto Panzan e Dom Gabriel Paulino Bueno e Couto e cobre atualmente um trecho de 316,8 quilômetros. Em 2010 a Companhia passou a administrar as pistas da marginal do rio Tietê em São Paulo, com responsabilidade pela manutenção do trecho entre os quilômetros 4,4 e 1,7 da marginal direita (quando percorrida na direção do rio Pinheiros) e entre os quilômetros 1,1 e 4,4 da marginal esquerda (quando percorrida na direção da Rodovia Ayrton Senna). A Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto liga as Rodovias Anhanguera e Bandeirantes na região de Jundiaí e a Rodovia Adalberto Panzan na região de Campinas.

As rodovias da Companhia localizam-se em regiões estratégicas e economicamente desenvolvidas no Estado de São Paulo, onde 27,9% de todos os veículos do país estão concentrados, de acordo com informação publicada pelo Departamento Nacional de Trânsito (“DENATRAN”) referente a novembro de 2023, e onde aproximadamente 19,51% do PIB brasileiro é gerado, calculado de acordo com informações publicadas pelo IBGE (PIB 2021).

Além disso, o Sistema Anhanguera-Bandeirantes, juntamente com outras rodovias, liga os maiores centros urbanos, bem como outras importantes regiões do Estado de São Paulo ao Porto de Santos, configurando importante rota de escoamento das exportações brasileiras. O Sistema Anhanguera-Bandeirantes é um instrumento importante na economia e na integração dos municípios da região.

O Sistema Anhanguera-Bandeirantes possui 8 praças de pedágio, 14 bases de atendimento ao usuário, 7 estações de pesagem e um CCO (Centro de Controle Operacional). O sistema de monitoramento de tráfego é operado com 110 câmeras de TV interligadas por redes de fibras ópticas ao CCO, cobrindo 99% do sistema rodoviário. No CCO existe uma posição exclusiva para uso da Polícia Militar Rodoviária (PMRV), a qual opera 24 horas, de onde é possível acionar com maior rapidez os recursos externos e bases da PMRV, a CETESB, a Defesa Civil e os Bombeiros, contribuindo de forma ágil ao atendimento das diversas situações registradas diariamente nas rodovias.

Durante os últimos 25 anos a Companhia vem desenvolvendo diversos trabalhos a exemplo dos serviços de engenharia, conservação, atendimento e educação no Sistema Anhanguera-Bandeirantes, o que possibilitou a redução de 53,7% no índice de acidentes e 11,3% no índice de feridos. Nesse mesmo período o índice de mortes foi reduzido em 56,9% considerando a extensão da rodovia, o fluxo de veículos que transitaram e o número de dias do período.

O Serviço de Atendimento ao Usuário atua 24 horas por dia, contribuindo para a melhoria contínua da segurança dos usuários e fluidez do tráfego. Em 2023, o Centro de Controle Operacional (CCO) registrou 212.506 atendimentos.

Foram realizados 40.126 atendimentos pelos guinchos, 9.694 pelos resgates, 122.329 pelos veículos de inspeção de tráfego e 24.360 por outros veículos (caminhão munck, caminhão pipa e apreensão de animal).

Atualmente, uma viatura de atendimento pré-hospitalar chega ao local do acidente em média em 9 minutos e 37 segundos, e o guincho, em 14 minutos (em 85% dos casos).

Em atendimento ao contrato de concessão, a concessionária fornece veículos de patrulhamento à polícia rodoviária e demais subsídios necessários à operação dentro da área de atuação da concessão.

O prazo original da concessão de 20 anos, até 30 de abril de 2018, por outorga do Estado de São Paulo, representado pelo Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo (“DER/SP”), foi alterado no dia 20 de dezembro de 2006, através de Termo Aditivo Modificativo ao Contrato de Concessão. O Aditivo reequilibrou a equação econômico-financeira da concessão, estendendo-se o prazo de concessão em 104 meses, com nova data de término em primeiro de janeiro de 2027, em razão dos impactos decorrentes de diversos fatores: tributos, escalonamento do reajuste de 2003 e readequações dos cronogramas de investimentos.

Em 2016 houve duas extensões do prazo contratual em razão das seguintes obras: (i) Em 08 de abril, extensão de 3 meses e 15 dias devido ao Complexo Jundiaí, acesso do km 84+600, pista sul da SP-330 e acesso do km 110, pista sul da SP-330; (ii) Em 03 de junho, extensão de 2 dias devido a melhoria do sistema viário de acesso ao Bairro Aparecidinha, junto ao trevo do km 103+860 da SP-330. Assim, a nova data de término passou a ser 17 de abril de 2027.

Em 29 de junho de 2021 foi assinado acordo preliminar TAM Preliminar nº 01/2021 junto a ARTESP e ao Governo do Estado de SP, no qual estava previsto a prorrogação do prazo de concessão até janeiro de 2037, em função dos fatores a seguir: encerramento da ação judicial de cancelamento do TAM nº 16/2006 e reequilíbrio dos passivos regulatórios oriundos do TAM nº 16/2006; reequilíbrio referente ao TAM nº 25/2011 de substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio IGPM para IPCA; repasse dos reajustes dos anos de 2013 e 2014 e seus efeitos compensatórios até a edição da Resolução SLT 4/18; eventos de desequilíbrios posteriores à celebração do TAM 16/2006.

Em 31 de março de 2022 foi celebrado o TAM Coletivo nº 01/2022 entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes (“Poder Concedente”), com a interveniência e anuência da ARTESP.

Observando-se os termos e condições previstas no Termo Aditivo e Modificativo Preliminar Coletivo nº 1/2021, que foi celebrado no dia 29 de junho de 2021, o Acordo Definitivo teve o objetivo de (i) estabelecer os valores finais, apurados a partir dos cálculos realizados pela ARTESP, de cada um dos desequilíbrios econômico-financeiros dos contratos objeto do Acordo Definitivo, reconhecidos de forma irrevogável e irretroatável no Acordo Preliminar; (ii) disciplinar as responsabilidades das partes e da ARTESP quanto às medidas necessárias para o encerramento das ações judiciais objeto do Acordo Definitivo; (iii) reconhecer o saldo remanescente de desequilíbrio em favor da Companhia; (iv) promover o reequilíbrio econômico-financeiro mediante prorrogação do prazo de vigência do contrato de concessão em 3.911 dias, encerrando-se em 31 de dezembro de 2037.

Com a assinatura do Acordo Definitivo, as partes outorgaram quitações recíprocas com relação a quaisquer litígios, presentes ou futuros, que tenham por objeto os eventos de desequilíbrio econômico-financeiro efetivamente reequilibrados pelo Acordo Preliminar e pelo Acordo Definitivo.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2023, contava com 1.076 colaboradores diretos.

1.3. Destaques do ano de 2023

Investimentos:

- Os principais investimentos do período foram: continuação das obras de implantação de faixa adicional na Rodovia Anhanguera entre os km 23 e 22, pista sentido interior-capital na região de São Paulo, no montante de R\$ 14.004, e entre os km 55 e 52 no montante de R\$ 9.838 na Rodovia dos Bandeirantes pista sentido interior-capital na região de Jundiá. Além disso, houve investimento na adequação de rampas e passarelas no montante de R\$ 13.235 na Rodovia Anhanguera e revitalização no sistema de controle de arrecadação devido à obrigação contratual junto ao Poder Concedente no montante de R\$ 21.713.

Dividendos e juros sobre capital próprio - JCP:

- A Companhia distribuiu aos acionistas no exercício R\$ 4.018.178 referentes a dividendos e, ao longo do ano de 2023, foi aprovado em Ata de Assembleia Extraordinária (AGE) o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 48.814, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R\$ 41.493, deduzidos 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 7.321. Do montante destacado houve o recolhimento de todo o IRRF e o pagamento do valor líquido dos destaques ocorridos nos três primeiros trimestres, restando o montante líquido de R\$ 10.797, referente ao destaque do quarto trimestre de 2023, a ser pago em momento oportuno.

Principais Reconhecimentos e Prêmios:

- A CCR AutoBAN, Concessionária que administra o Sistema Anhanguera-Bandeirantes, foi eleita a melhor empresa na categoria Concessionária de Rodovias do país no 36º Prêmio Maiores do Transporte & Melhores do Transporte, tradicional evento promovido pelas revistas Transporte Moderno e Technibus, publicadas pela OTM Editora, um dos mais importantes do setor no país, e que destaca os setores da indústria e serviços que contribuem com o desenvolvimento da economia brasileira. A Concessionária foi premiada em duas categorias: Prêmio “Melhor do Transporte entre as melhores” e “Melhor do Transporte – Setor Serviços”. A edição Maiores do Transporte e Melhores do Transporte apresentam resultados financeiros de 2022 das mais representativas empresas do setor de transporte e logística, cujos balanços foram analisados por uma equipe especializada contratada pela OTM Editora para esse fim.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1. Mercado

A Companhia administra um sistema de rodovias que percorre a região sudeste do país, uma das regiões economicamente mais importantes do Brasil e interliga a cidade de São Paulo com o interior do Estado. Inclusa nesta ligação está a cidade de Campinas, que conecta, em conjunto com outras rodovias, grandes centros urbanos no interior e áreas adjacentes. As rodovias administradas pela Companhia também exercem importante participação no escoamento de cargas de diversas regiões do Estado para o porto de Santos, facilitando o fluxo natural de exportações brasileiras. A Companhia acredita que este sistema é um elemento importante para a economia do Estado de São Paulo, estando sujeita às condições econômicas e políticas da região e do país.

Em R\$ mil	2023	2022	Var.%
Receita líquida	3.132.611	7.963.765	-60,66%
Receita de pedágio	3.306.681	2.859.816	15,63%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	50.347	40.653	23,85%
Outras receitas	66.006	58.503	12,82%
Receita Reequilíbrio Econômico-Financeiro	0	5.254.057	-100,00%
(-) Deduções da receita bruta	-290.423	-249.264	16,51%
(-) Custos e despesas (a)	-1.255.166	-1.185.674	5,86%

Custos de construção (ICPC 01 R1)	-50.347	-40.653	23,85%
Demais custos e despesas	-1.204.819	-1.145.021	5,22%
(-) Resultado financeiro líquido	-407.245	-218.575	86,32%
(-) Imposto de renda e contribuição social	-471.382	-2.210.620	-78,68%
Lucro líquido	998.818	4.348.896	-77,03%
(+) Resultado financeiro líquido	407.245	218.575	86,32%
(+) Imposto de renda e contribuição social	471.382	2.210.620	-78,68%
EBIT (b)	1.877.445	6.778.091	-72,30%
Margem EBIT	59,93%	85,11%	-25,18 p.p.
Margem EBIT ajustada (c)	60,91%	85,55%	-24,64 p.p.
(+) Depreciação/amortização	377.613	346.220	9,07%
EBITDA (b)	2.255.058	7.124.311	-68,35%
Margem EBITDA	71,99%	89,46%	-17,47 p.p.
(+) Provisão de Manutenção (d)	342.057	209.680	63,13%
(+) Despesas antecipadas ao resultado (e)	51.595	78.660	-34,41%
EBITDA ajustado	2.648.710	7.412.651	-64,27%
Margem EBITDA ajustada (f)	85,93%	93,56%	-7,63 p.p.
Endividamento bruto (g)	4.749.507	2.220.014	113,94%
Investimentos (caixa) (h)	234.536	70.950	230,57%
Veículos equivalentes (em milhares)	298.254	278.138	7,23%

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais;

(b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 156/22;

(c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas líquidas sem considerar a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais;

(d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras;

(e) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras;

(f) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais;

(g) Dívida bruta: somatória dos empréstimos, financiamento e debêntures (líquidos dos custos de transação); e

(h) Investimentos: somatória das adições do ativo imobilizado, intangível e realização da provisão de manutenção.

2.2. Desempenho

2.2.1. Receita operacional

A receita de pedágio em 2023 totalizou R\$ 3.306.681 e apresentou variação de 15,63% em relação a 2022 (desconsiderando a receita de reequilíbrio econômico-financeiro contabilizada no TAM 01/2022), influenciada pelo reajuste tarifário, reequilíbrio concedido pela pandemia de COVID-19, cobrança de eixos suspensos de veículos carregados (SEFAZ), além da recuperação do tráfego em geral.

2.2.2. Custo e despesas totais

Os custos totais apresentaram aumento de 5,9% em relação a 2022, perfazendo R\$ 1.255.166 no ano de 2023. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- Os custos de construção atingiram R\$ 50.347, representando um aumento de 23,9% em relação a 2022, em decorrência da conclusão e realização de novos investimentos. Dentre eles, destacam-se a construção de faixas adicionais na Rodovia dos Bandeirantes (entre os km 52+500 e 55+496 na pista sentido interior-capital na região de Jundiaí) e na Rodovia Anhanguera (entre os kms 23+120 e 22+000 pista sentido interior-capital na região de São Paulo), a adequação de rampas e passarelas na Rodovia Anhanguera, além de adequação de acesso no Posto Geral de Fiscalização do km 53, também na mesma Rodovia.
- Os custos e despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 377.613 no ano de 2023. O aumento de 9,1% ocorreu em função, em especial, dos efeitos do Acordo Definitivo (extensão do prazo e amortização da receita decorrente do TAM 01/2022).
- O custo da outorga, que inclui a apropriação de despesas antecipadas, atingiu R\$ 102.187 no ano de 2023 apresentando redução de 19,8% em relação a 2022, devido principalmente ao fato de que, após o mês de março, com a concretização do Acordo Definitivo, a outorga fixa passou a ser apropriada considerando o prazo estendido de concessão. Por outro lado, com menor impacto, houve um aumento da outorga variável devido ao aumento da receita.
- Os gastos com pessoal totalizaram R\$ 161.238 no ano de 2023, um aumento de 32,9%, especialmente devido a mudança de critério de rateio de serviços compartilhados, incluindo a Holding, sendo parcialmente compensado pela transferência de colaboradores da Unidade para a Plataforma de Rodovias.
- Os custos e despesas com serviços de terceiros totalizaram R\$ 90.040 no ano de 2023, uma redução de 21,7% devido principalmente a: (i) redução nos serviços da área de Conservação, decorrentes do remanejamento de equipes, novas contratações para redução dos valores dos contratos e troca de modalidade de contratação, (ii) redução nos valores de serviços compartilhados, incluindo a Holding decorrente da troca da modalidade de fatura para rateio a partir do mês de abril e (iii) economias em serviços diversos de consultoria.
- Os custos e despesas com materiais, equipamentos e veículos totalizaram R\$ 28.665 no ano de 2023, um aumento de 1,7%, principalmente em decorrência do aumento da conta bens de pequeno valor, devido a aquisição de itens que não se enquadraram como imobilizado ao não atingirem o valor mínimo de R\$ 1.200.
- Os custos e despesas com gastos gerais totalizaram R\$ 66.731 no ano de 2023, uma economia de 28,5%, substancialmente por conta do estorno da provisão do processo de ISS do município de Cajamar; em segundo plano, o estorno foi parcialmente compensado pela mudança de critério de rateio de serviços compartilhados, incluindo a Holding, em viagens e estadias e em perdas na arrecadação.

2.2.3. Resultado financeiro

No ano de 2023, as operações financeiras da Companhia geraram um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 407.245, comparado a um resultado negativo de R\$ 218.575, em 2022. A piora ocorreu devido, principalmente, a três fatores: (i) aumento das despesas financeiras decorrente da 14ª Emissão de Debêntures, (ii) dos maiores valores em ajuste a valor presente de provisão de manutenção, efeito do ajuste de base e revisão dos ciclos de manutenção e de taxa de desconto. Em menores proporções destacamos o aumento em receitas financeiras, decorrente da aplicação do saldo de caixa da 14ª Emissão de Debêntures, além do maior saldo de caixa aplicado em 2023.

2.2.4. Lucro líquido

Em 2023, o lucro líquido atingiu R\$ 998.818, apresentando diminuição de 77,03% em relação a 2022. A variação expressiva tem como principal influência o efeito da contabilização da receita de reequilíbrio econômico-financeiro do TAM 01/2022.

2.2.5. Endividamento bruto

Em 2023, a dívida bruta totalizou R\$ 4.749.507, em moeda local, representando um aumento de 113,94% em relação a 2022 (R\$ 2.220.014), sendo 96,57% do montante com vencimento em longo prazo.

2.2.6. Investimentos

No acumulado do ano de 2023, os investimentos somaram R\$ 234.536.

Entre diversas obras e melhorias, destacam-se:

- SP-348 – Implantação da faixa adicional entre os km 52+500 ao km 55+496 na pista sentido interior-capital;
- SP-330 – Implantação da faixa adicional entre os km 23+120 ao km 22+000 na pista sentido interior-capital;
- SP-348 e SP-330 - Recuperações de pavimento e obras de arte especiais;

3. Estratégia e Gestão

3.1 Governança Corporativa

Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela legislação aplicável e de acordo com seu Estatuto Social. O Conselho de Administração é, atualmente, composto por três membros efetivos, residentes no país.

Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente e o Vice-Presidente, são eleitos pelos seus acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros do Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária.

Diretoria Executiva

Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo Conselho de Administração para um prazo de mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, a Diretoria é composta por dois membros, um Diretor-Presidente que ocupa, também, o cargo de Diretor de Relações com Investidores e um Diretor Operacional, conforme Estatuto Social da Companhia.

O cargo de Diretor de Relações com Investidores da Companhia é exercido pelo Sr. Fausto Camilotti. A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Av. Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, Jundiaí, Estado de São Paulo e no endereço eletrônico www.grupoccr.com.br/autoban. O Sr. Fausto Camilotti pode ser contatado no telefone (11) 4589-4004 ou pelo e-mail fausto.camilotti@grupoccr.com.br.

Outras informações da Companhia podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da própria Companhia e da CVM.

3.2 Gestão de Pessoas

A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho colaborativo e transparente, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência em Atração, Retenção e Desenvolvimento de seus talentos, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, sempre de maneira ética e responsável.

A gestão do capital humano está alinhada às orientações e diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração do Grupo CCR, cuja execução é acompanhada pelo Comitê de Gente & Gestão. O crescimento profissional dos colaboradores faz parte da estratégia da Companhia e precisa de investimentos constantes em diferentes frentes, como na atração e retenção de talentos; oferta de salários e benefícios competitivos, sistemas que garantam a saúde e segurança em todas as operações, além de investir em diversos treinamentos e programas de desenvolvimento de lideranças.

4. ESG

A sustentabilidade é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal ao Grupo, desde o Conselho de Administração (CA-CCR) até a Companhia que administra os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, e estando a gestão desta estratégia a cargo da Vice-Presidência de Governança, Riscos, *Compliance* e Auditoria Interna também responsável pela área de ESG. A atuação do CA-CCR, por meio do Comitê de Gente e ESG que o assessora, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem a gestão dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, monitorando o cumprimento do Plano Diretor ESG e identificando questões críticas para fins de aprimoramento, análise de riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com *stakeholders*, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos. Em 2022, seguimos avançando com o desdobramento das ações do Plano Diretor ESG e metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Integramos pela 12ª vez consecutiva a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3. Além disso, possuímos *rating A* no MSCI, nota B no CDP e Selo Ouro no GHG *Protocol* desde 2013.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR S.A. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos de responsabilidade social é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento social da Companhia, conforme descrito no item 4.2.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no *site* da CCR, no item Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR. Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI) e *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB).

Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

4.1 Iniciativas Voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas – ONU): iniciativa da ONU que dissemina dez princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável.
- *Disclosure Insight Action* (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor.
- *Global Reporting Initiative* (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa.
- *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores de acordo com cada setor.
- Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.
- Movimento *Ambição Net Zero*: uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima.

4.2 Instituto CCR

O Instituto CCR é uma instituição privada sem fins lucrativos, criada em 2014, para gerenciar o investimento social do Grupo CCR. O objetivo é ampliar o conceito de mobilidade por meio de iniciativas de educação e cultura, mobilidade e cidades sustentáveis, e saúde e segurança. Está sob responsabilidade do Instituto a gestão dos projetos incentivados, campanhas, voluntariado e programas proprietários.

Em 2023, foram mais de 3,2 milhões de pessoas impactadas direta e indiretamente, 35 unidades do Grupo beneficiadas, 555 municípios impactados e mais de R\$ 54 milhões investidos em ações sociais, contemplando verba direta e incentivo fiscal. Saiba mais em www.institutoccr.com.br.

5. Considerações Finais

5.1 Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia.

5.2 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 162/22 a Companhia informa que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, não foram contratados nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa.

No relacionamento com o Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir das demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 27 da Instrução CVM nº 080/22, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Jundiaí, 29 de fevereiro de 2024.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A.

Jundiaí - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão

Veja as Notas 3.7, 3.15 e 12 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 59.966 mil referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na concessão.</p> <p>Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional.</p> <p>A Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, conseqüentemente, são reconhecidos como ativos.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria, devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e ao julgamento realizado pela Companhia para aplicação dessa política contábil, que pode ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos.- Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização.- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6 SP


Marcelo Gavioli

Contador CRC 1SP201409/O-1

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.

(Companhia aberta)

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		527.403	832.558
Caixa e equivalentes de caixa	6	174.803	549.872
Aplicações financeiras	6	11.138	2.185
Contas a receber das operações	7	229.609	181.053
Contas a receber de partes relacionadas	10	35.015	24.491
Tributos a recuperar		10.279	13.356
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	51.595	51.595
Adiantamentos a fornecedores		3.125	3
Despesas antecipadas e outros créditos		11.839	10.003
Não circulante		7.060.947	7.357.268
Realizável a longo prazo			
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	670.733	722.328
Contas a receber de partes relacionadas	10	883	1.566
Tributos a recuperar		2.106	2.736
Depósitos judiciais		1.066	672
Despesas antecipadas e outros créditos		247	369
Imobilizado	11	114.467	53.803
Intangível	12	6.181.983	6.514.257
Infraestrutura em construção	12	89.077	61.297
Direito de uso em arrendamento		385	240
Total do Ativo		7.588.350	8.189.826

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2023	2022
Circulante		691.959	641.797
Debêntures	13	162.960	163.004
Passivo de arrendamento		366	263
Fornecedores		60.969	55.870
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	10	10.286	7.261
Imposto de renda e contribuição social		162.517	296.626
Impostos e contribuições a recolher		30.103	21.545
ISS a recolher		15.661	13.930
ISS parcelado		-	211
Obrigações sociais e trabalhistas		14.058	15.908
Obrigações com o Poder Concedente		4.509	4.549
Provisão de manutenção	15	202.890	38.272
Juros sobre capital próprio		10.797	19.923
Passivo de contrato		4.923	4.018
Outras obrigações		11.920	417
Não circulante		6.443.933	4.027.397
Debêntures	13	4.586.547	2.057.010
Passivo de arrendamento		29	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários e tributários	14	34.166	55.759
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	1.491.375	1.670.506
Provisão de manutenção	15	325.356	229.902
Obrigações sociais e trabalhistas		-	833
Fornecedores		3.178	8.547
Outras obrigações		3.282	4.840
Patrimônio Líquido		452.458	3.520.632
Capital social	16.1	246.750	246.750
Reservas de lucros	16.3	205.708	246.750
Dividendo adicional proposto	16.4	-	3.027.132
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		7.588.350	8.189.826

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações de resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receitas operacionais líquidas	17	3.132.611	7.963.765
Custos dos serviços prestados		(1.107.133)	(1.027.497)
Depreciação e amortização	11 e 12	(375.572)	(343.914)
Provisão de manutenção	15	(342.057)	(209.680)
Custo da outorga		(102.187)	(122.437)
Custo com pessoal		(100.284)	(87.530)
Serviços		(90.160)	(179.896)
Custo de construção		(50.347)	(40.653)
Materiais, equipamentos e veículos		(23.570)	(24.195)
Outros		(22.956)	(19.192)
Lucro bruto		2.025.478	6.936.268
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(148.033)	(158.177)
Despesas com pessoal		(60.954)	(33.708)
Serviços		(26.298)	(36.222)
Depreciação e amortização	11 e 12	(2.041)	(2.306)
Materiais, equipamentos e veículos		(2.017)	(1.976)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(26.653)	(28.991)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(11.270)	(10.081)
Indenizações civil e trabalhista		(9.684)	(8.620)
Multas dedutíveis		(8.974)	-
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(1.751)	(1.750)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(1.569)	(778)
Água, luz, telefone, internet e gás		(1.407)	(1.197)
Gastos com viagens e estadias		(1.066)	(454)
Despesas legais e judiciais		(612)	(253)
Reversão (provisão) para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	(116)	9
Reversão (provisão) para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	14	21.593	(23.708)
Outros		(15.780)	(9.044)
Outras receitas (despesas) operacionais		566	902
Resultado antes do resultado financeiro		1.877.445	6.778.091
Resultado financeiro	18	(407.245)	(218.575)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		1.470.200	6.559.516
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	8.1	(471.382)	(2.210.620)
Lucro líquido do exercício		998.818	4.348.896
Lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais - R\$)	16.6	5,70753	24,85083

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações dos resultados abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	998.818	4.348.896
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	998.818	4.348.896

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reserva de lucros			Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Legal	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2022		246.750	49.350	197.344	1.400	-	494.844
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	4.348.896	4.348.896
Destinações:							
Distribuição de dividendos em 27 de abril de 2022		-	-	(197.344)	(1.400)	-	(198.744)
Distribuições de dividendos em 29 de setembro de 2022		-	-	-	-	(1.100.925)	(1.100.925)
Juros sobre capital próprio em 12 de dezembro de 2022 (líquido)		-	-	-	-	(19.923)	(19.923)
Juros sobre capital próprio em 12 de dezembro de 2022 (IRRF)		-	-	-	-	(3.516)	(3.516)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	3.027.132	(3.027.132)	-
Reserva de retenção de lucro		-	-	197.400	-	(197.400)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		246.750	49.350	197.400	3.027.132	-	3.520.632
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	998.818	998.818
Destinações:							
Juros sobre capital próprio em 27 de março de 2023 (líquido)	16.5	-	-	-	-	(7.479)	(7.479)
Juros sobre capital próprio em 27 de março de 2023 (IRRF)	16.5	-	-	-	-	(1.320)	(1.320)
Juros sobre capital próprio em 21 de junho de 2023 (líquido)	16.5	-	-	-	-	(10.800)	(10.800)
Juros sobre capital próprio em 21 de junho de 2023 (IRRF)	16.5	-	-	-	-	(1.906)	(1.906)
Juros sobre capital próprio em 21 de setembro de 2023 (líquido)	16.5	-	-	-	-	(12.417)	(12.417)
Juros sobre capital próprio em 21 de setembro de 2023 (IRRF)	16.5	-	-	-	-	(2.191)	(2.191)
Juros sobre capital próprio em 20 de dezembro de 2023 (líquido)	16.5	-	-	-	-	(10.797)	(10.797)
Juros sobre capital próprio em 20 de dezembro de 2023 (IRRF)	16.5	-	-	-	-	(1.904)	(1.904)
Dividendo intermediário em 19 de julho de 2023	16.4	-	-	(197.400)	(3.027.132)	-	(3.224.532)
Dividendo intermediário em 27 de novembro de 2023	16.4	-	-	-	-	(793.646)	(793.646)
Reserva de retenção de lucros	16.3	-	-	156.358	-	(156.358)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		246.750	49.350	156.358	-	-	452.458

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		998.818	4.348.896
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.1	(179.131)	1.625.599
Apropriação de despesas antecipadas	9	51.595	78.660
Receita de reequilíbrio	17	-	(5.254.057)
Depreciação e amortização	11 e 12	377.165	345.259
Depreciação - direito de uso em arrendamento		448	961
Baixa do ativo imobilizado	11	1.064	123
Juros e variação monetária sobre debêntures	13	509.064	267.582
Constituição da provisão de manutenção	15	342.057	209.680
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	15	31.983	7.817
Reversão da provisão para perda esperada - contas a receber das operações	7	116	(9)
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas e tributários	14	(751)	47.238
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento		29	51
Capitalização de custo de empréstimos		(13.943)	(6.005)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros		7	14
Rendimento de aplicação financeira		(4.787)	(3.271)
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7	(48.672)	(7.027)
Contas a receber de partes relacionadas	10	(9.841)	(22.656)
Tributos a recuperar		3.707	(10.371)
Adiantamentos a fornecedores		(3.122)	21
Despesas antecipadas e outros créditos		(2.108)	(2.139)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		(271)	33.923
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	10	3.025	1.814
Obrigações sociais e trabalhistas		(2.683)	3.440
Impostos e contribuições a recolher para imposto de renda e contribuição social		621.681	591.596
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(753.033)	(420.928)
Realização da provisão de manutenção	15	(113.968)	-
Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários		(20.842)	(23.530)
Obrigações com o Poder Concedente		49.796	42.374
Pagamentos de obrigações com o Poder Concedente		(49.836)	(41.277)
Outras obrigações		10.851	(4.989)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.798.418	1.808.789
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	11	(65.037)	(25.651)
Adições ao ativo intangível	12	(55.531)	(45.300)
Outros de ativo intangível	12	105	1.383
Aplicações financeiras líquidas de resgate		(3.622)	21.291
Resgates / aplicações (conta reserva)		(544)	(454)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(124.629)	(48.731)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	16.4 e 16.5	(4.068.797)	(1.303.185)
Debêntures:			
Captação		2.629.598	329.033
Pagamentos de principal e juros	13	(609.169)	(354.750)
Arrendamento:			
Pagamentos de principal		(490)	(1.062)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(2.048.858)	(1.329.964)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		(375.069)	430.094
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		549.872	119.778
No final do exercício		174.803	549.872
		(375.069)	430.094

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações do valor adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receitas			
Receitas operacionais	17	3.423.034	8.213.029
Juros capitalizados		13.943	6.005
Provisão para perda esperada - contas a receber		(116)	9
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos de construção		(50.347)	(40.653)
Custos dos serviços prestados		(129.736)	(217.994)
Otorga		(102.187)	(122.437)
Provisão de manutenção	15	(342.057)	(209.680)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(79.960)	(120.942)
Valor adicionado bruto		2.732.574	7.507.337
Depreciação e amortização	11 e 12	(377.613)	(346.220)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		2.354.961	7.161.117
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	18	122.450	53.822
Valor adicionado total a distribuir		2.477.411	7.214.939
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		97.989	71.183
Benefícios		36.748	29.678
FGTS		5.128	3.888
Outros		2.661	2.059
Tributos			
Federais		613.683	2.332.613
Municipais		167.067	142.218
Estaduais		246	149
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		543.108	277.400
Aluguéis		11.963	6.855
Remuneração de capitais próprios			
Lucros retidos do exercício		998.818	4.348.896
		2.477.411	7.214.939

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Sistema Anhanguera – Bandeirantes S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, n.º 200, Bairro do Retiro, na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 31 de dezembro de 2037, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 1º de maio de 1998, após a assinatura do contrato, e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de julho.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

1.1.1. Principais eventos regulatórios

a. Reequilíbrio Cautelar – COVID-19

Em 29 de junho de 2023, concomitantemente ao reajuste anual das tarifas de pedágio da Companhia, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Parcerias em Investimentos com a autorização da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo – ARTESP, incluiu, na tarifa básica de pedágio, o valor adicional de R\$ 0,10 (dez centavos de real), a partir de 1º de julho de 2023, como medida cautelar de mitigação de desequilíbrios contratuais, inclusive das perdas incorridas dos efeitos da pandemia da COVID-19 na demanda das concessionárias supracitadas.

1.1.2 Outras informações relevantes – Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões do contrato de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a concessionária e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão.



Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

1.1.2 Processos em andamento

a. Ação de Improbidade Administrativa – Processo n.º 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo 053.02.022800-0)

Em 28 de agosto de 2002, foi ajuizada a ação civil pública de Improbidade Administrativa n.º 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo n.º 053.02.022800-0) pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP) visando à declaração de nulidade da concorrência 007/CIC/97 e do correspondente contrato de concessão. Após a apresentação de defesa prévia, em abril de 2011, foi proferido despacho rejeitando a manifestação da Companhia, na qual se defendia, entre outros argumentos, que a Companhia foi incluída posteriormente no polo passivo da ação após ocorrida a prescrição do direito de ação conforme inciso I do artigo n.º 23 da Lei de Improbidade (até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança). Após a apresentação das contestações, em 25 de agosto de 2017, foi proferida sentença julgando improcedente a ação, reconhecendo a prescrição intercorrente.

Em 20 de março de 2018, o MP/SP interpôs o recurso de apelação ao qual foi dado provimento em 12 de junho de 2019 para afastar a prescrição intercorrente e determinar o retorno dos autos à 1ª instância para que seja apreciada a necessidade de eventual produção de provas e para a apreciação do mérito da ação.

Tendo o processo retornado à 1ª Instância, em 2 de agosto de 2021, foi aberto prazo às empresas rés para se manifestarem acerca de petições do MP/SP o qual, em síntese, apresentou seu interesse na produção de prova pericial e testemunhal bem como entendeu necessário que as partes se manifestassem sobre a abertura de procedimento de resolução consensual do processo, ao que as empresas rés se manifestaram no sentido de inexistir interesse em tal resolução consensual do processo.

Em 5 de novembro de 2021, o juiz da causa proferiu despacho abrindo prazo para o Ministério Público se manifestar acerca da aplicabilidade de recente alteração promovida na Lei de Improbidade Administrativa, especificamente acerca da eventual aplicabilidade da prescrição intercorrente para o caso. Tanto o Ministério Público como a concessionária se manifestaram, tendo o Ministério Público juntado aos autos cópia dos acordos celebrados com

Concessionária do Sistema Anhanguera – Bandeirantes S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

representantes legais de outras empresas. Em 7 de novembro de 2023, os Requeridos se manifestaram acerca dos documentos apresentados pelo Ministério Público nos autos. Aguarda-se manifestação do juiz acerca dos pedidos formulados pelo Ministério Público e pelos requeridos.

b. Inquérito Civil n.º 14.0699.0000364/2021-5

Em 9 de junho de 2022, foi expedida Portaria de instauração de inquérito civil pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face da Companhia e determinadas autoridades do Poder Executivo Estadual visando a apuração de suposto ato de improbidade consistente na prorrogação do contrato de concessão da concessionária em razão da formalização do Acordo Definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022. As autoridades indicadas no inquérito e a concessionária apresentaram manifestação demonstrando a inexistência de ilegalidade em se efetivar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato mediante a extensão do respectivo prazo de concessão.

Em 5 de dezembro de 2022, foi proferido parecer do Centro de Apoio Operacional à Execução – CAEX/MP-SP, que atestou não ter havido desistência de quaisquer créditos por parte da Fazenda Pública, reconhecendo que os créditos regulatórios da Fazenda serviram para abater os titularizados pela concessionária. Foram requeridas novas informações para a ARTESP, para permitir a conferência, pelo CAEX/MP-SP, da exatidão dos cálculos efetivados, bem como para o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP, para confirmar a existência, ou não, de procedimento de controle acerca do contrato em questão.

Em 18 de janeiro de 2023, a ARTESP apresentou as informações solicitadas e no momento aguarda-se nova manifestação do CAEX/MP-SP.

Os acionistas controladores e a Administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

1.1.3 Processos anteriormente reportados que foram encerrados

Em virtude do acordo celebrado pela Companhia e informado por meio do Fato Relevante divulgado no dia 29 de junho de 2021 os seguintes processos administrativos ou judiciais de interesse foram encerrados ou estão em fase de encerramento:

- a) Ações judiciais referentes ao Termo Aditivo Modificativo n.º 16/06;
- b) Ação Judicial sobre a Alteração do Índice de reajuste de tarifas de pedágio;
- c) Ação judicial sobre o Reajuste Tarifário de 2013; e
- d) Ação Judicial sobre o Reajuste Tarifário de 2014.



2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC).

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 29 de fevereiro de 2024, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas notas explicativas:

3.8. Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*): principais premissas utilizadas na determinação do valor em uso;

7.1. Provisão para perda esperada: principais premissas para determinação do risco de crédito;

8.2. Impostos diferidos: valor de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, baseado na disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual poderão ser utilizados;

12. Amortização dos ativos intangíveis: curva de amortização;

14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais: determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;

19. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.



3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Moeda estrangeira

Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

3.2. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a Companhia presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Receitas de remuneração de contas a receber do Poder Concedente é reconhecida como complemento da receita da concessionária, à medida que têm o direito de ser remunerada pelo Poder Concedente em razão de implantação da infraestrutura, operação ou indenização.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação do serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que prevê as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 17.



3.3. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;



- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por



impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativo financeiro a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

3.6. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.



Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.7. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de concessão gerado na aquisição de negócios

Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar a concessão. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico.

Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 12.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item 3.14.

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

3.8. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

Concessionária do Sistema Anhanguera – Bandeirantes S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer



indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.10. Provisão de manutenção – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

3.11. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.



3.12. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.



Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

3.14. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelos potenciais ações ordinárias diluidoras, oriundas do plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP).

3.15. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura – (ICPC 01 R1 / IFRIC 12)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

Concessionária do Sistema Anhanguera – Bandeirantes S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

3.16. Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado de São Paulo e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

3.17. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.18. Pagamento baseado em ações

Os pagamentos baseados em ações, liquidáveis em ações, são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito dos instrumentos.

3.19. Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2023, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023:

- CPC 50/IFRS 17 – Contratos de seguros;
- Divulgação de políticas contábeis – alterações ao CPC 26 (IAS 1) e IFRS Practice Statement 2;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23 (IAS 8); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12).

3.20. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2023 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.



As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 (IAS 1);
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06 (IFRS 16);
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26 (IAS 1); e
- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7.

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixas e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.



A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 7, 10, 13 e 19.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativo às debêntures; e (2) IGP-M e IPCA relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 10, 13 e 19.

As tarifas das concessões da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros, com a finalidade de se proteger dos valores a pagar em moedas estrangeiras. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Para maiores detalhes vide notas explicativas n.ºs 12 e 15.

d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores incluem pagamento de juros contratuais.

Concessionária do Sistema Anhanguera – Bandeirantes S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	729.398	1.411.450	1.476.450	1.530.019	1.697.948
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	10.286	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	72.889	6.460	-	-	-
Juros sobre capital próprio	10.797	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 164.556 substancialmente composto por debêntures e provisão de manutenção, detalhados nas notas explicativas n.º 13 e 15. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia e sua investida gozam de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022
Caixa e bancos	13.148	13.331
Aplicações financeiras (a)	161.655	536.541
Total	174.803	549.872

Aplicações financeiras	2023	2022
Circulante	11.138	2.185
Aplicações financeiras (a)	10.140	1.731
Conta reserva	998	454
Total	11.138	2.185

As aplicações financeiras foram remuneradas, a taxa média de 100,92% do CDI, equivalente a 13,23% a.a., em 31 de dezembro de 2023 (102,56% do CDI, equivalente a 12,75% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2022).

(a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB.

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber líquidas

	2023	2022
Circulante	229.609	181.053
Contas a receber das operações (a)	229.813	181.141
Provisão para perda esperada - contas a receber (b)	(204)	(88)
Total	229.609	181.053

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio, créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão; e

(b) Refere-se a provisão para perda esperada – contas a receber, esperada pela Companhia.

7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2023	2022
Creditos a vencer	229.474	180.934
Créditos vencidos até 60 dias	92	102
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	43	17
Créditos vencidos de 91 até 180 dias	63	28
Créditos vencidos há mais 180 dias	141	60
Total	229.813	181.141

8. Imposto de renda e contribuição social

8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.470.200	6.559.516
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(499.868)	(2.230.235)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(6.095)	(6.233)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(827)	(248)
Incentivo relativo ao imposto de renda	18.707	18.186
Juros sobre o capital próprio	16.598	7.969
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	75	-
Outros ajustes tributários	28	(59)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(471.382)	(2.210.620)
Impostos correntes	(650.513)	(585.021)
Impostos diferidos	179.131	(1.625.599)
Alíquota efetiva de impostos	32,06%	33,70%



8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2023	2022
Ativo	204.516	115.855
Provisão para participação nos resultados (PLR)	5.783	1.813
Provisão para perda esperada - contas a receber	69	30
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	11.617	18.958
Constituição da provisão de manutenção	179.607	91.179
Provisão para fornecedores	207	6
Arrendamento	3	7
Tributos com exigibilidade suspensa - PIS e Cofins	6.044	3.463
Programa de gratificação de longo prazo	1.186	-
Outros	-	399
Compensação de imposto ativo	(204.516)	(115.855)
Impostos ativos após compensação	-	-
Passivo	(1.695.891)	(1.786.361)
Diferenças temporárias Lei n.º 12.973/2014 (a)	(29.143)	(31.225)
Ajuste a valor presente	(572)	(834)
Capitalização de juros	(40.526)	(38.069)
Custo de transação de empréstimos	(7.322)	(1.587)
Receita de reequilíbrio (b)	(1.618.328)	(1.714.646)
Compensação de imposto passivo	204.516	115.855
Impostos passivos após compensação	(1.491.375)	(1.670.506)
Imposto diferido líquido	(1.491.375)	(1.670.506)
Movimentação do imposto diferido	2023	2022
Saldos em 1º de janeiro	(1.670.506)	(44.907)
Reconhecimento no resultado	179.131	(1.625.599)
Saldos em 31 de dezembro	(1.491.375)	(1.670.506)

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo 69 da Lei n.º 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição) compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil); e

(b) IR/CS diferidos sobre diferença temporária oriunda do registro da receita na Companhia, decorrente da celebração do Acordo Definitivo em 31 de março de 2022.

Concessionária do Sistema Anhanguera – Bandeirantes S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Saldos a pagar				Apropriação no resultado	
	Circulante		Não circulante		2023	2022
	2023	2022	2023	2022		
Outorga variável	51.595	51.595	670.733	722.328	51.595	78.660
Total	51.595	51.595	670.733	722.328	51.595	78.660

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas.

Saldos	2023			2022		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	2.342	84.088	86.430	448	108.070	108.518
Aplicações financeiras	-	48.224	48.224	-	79.906	79.906
Bancos conta movimento	-	2.251	2.251	-	2.554	2.554
Contas a receber	2.342	33.556	35.898	448	25.610	26.058
Outros créditos	-	57	57	-	-	-
Passivo	20.882	1.254.751	1.275.633	24.392	597.189	621.581
Debêntures	-	1.254.550	1.254.550	-	594.397	594.397
Contas a pagar	10.085	201	10.286	4.469	2.792	7.261
Dividendos e juros sobre capital próprio	10.797	-	10.797	19.923	-	19.923

Transações	2023			2022		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - serviços de transmissão de dados	917	-	917	14.713	1.099	15.812
Custos / despesas de infraestrutura utilizada	(1.337)	-	(1.337)	1.297	-	1.297
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	285	285	-	109	109
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	(6.899)	-	(6.899)	-	-	-
Repasse de custos e despesas - CSC	97.424	-	97.424	35.723	-	35.723
Repasse de custos e despesas de colaboradores	(122)	923	801	52	126	178
Custos / despesas - doações	-	6.841	6.841	-	10.192	10.192
Custos / despesas de serviços prestados - conservação de rodovias	-	-	-	2.270	-	2.270
Receita de venda de ativo imobilizado	(39)	-	(39)	-	-	-
Receitas de aplicações financeiras	-	(53.201)	(53.201)	-	483	483
Receitas acessórias na faixa domínio	-	-	-	2.421	2.596	5.017
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	324	324	-	148	148
Receitas financeiras - ajuste a valor presente	2.032	-	2.032	-	-	-
Ressarcimento de custos / despesas com infraestrutura utilizada	-	-	-	50	-	50
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	-	156	156	-	-	-
Custos / despesas - outros gastos gerais	(18)	-	(18)	-	-	-

Concessionária do Sistema Anhanguera – Bandeirantes S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.1. Profissionais-chave da administração

Despesas com profissionais-chave

	2023	2022
Remuneração (a)	(1.314)	3.529
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	-	1.283
Outros benefícios:	(1.314)	2.246
Provisão para remuneração variável do ano	-	1.314
Complemento/ Reversão de provisão de PPR do ano anterior pago no ano (b)	(1.314)	863
Previdência privada	-	67
Seguro de vida	-	2

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 11 de abril de 2023, foi fixada a remuneração anual dos membros do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios.

Saldos a pagar aos profissionais-chave

	2023	2022
Remuneração dos administradores (a)	-	1.438

- (a) Em 31 de dezembro de 2023, não há remuneração da Administração, pois os administradores são os mesmos de outras partes relacionadas do Grupo CCR. Em 31 de dezembro de 2022, contempla o valor de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.
- (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi efetuada a reversão de PPR na Companhia no montante de R\$ 1.314.

11. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado					Imobilizações em andamento	Total Imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos operacionais	Total em operação		
Saldos em 1º de janeiro de 2022	383	13.137	2.448	12.863	28.831	8.876	37.707
Adições	-	-	-	-	-	27.058	27.058
Baixas	(4)	(2)	-	-	(6)	(117)	(123)
Transferências	25	1.037	385	3.300	4.747	(4.834)	(87)
Depreciação	(243)	(4.058)	(1.037)	(5.361)	(10.699)	-	(10.699)
Outros	-	(16)	-	(37)	(53)	-	(53)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	161	10.098	1.796	10.765	22.820	30.983	53.803
Custo	3.156	60.744	11.891	168.226	244.017	30.983	519.017
Depreciação acumulada	(2.995)	(50.646)	(10.095)	(157.461)	(221.197)	-	(442.394)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	161	10.098	1.796	10.765	22.820	30.983	53.803
Adições	-	-	-	-	-	70.911	70.911
Baixas	(66)	(838)	(17)	(143)	(1.064)	-	(1.064)
Transferências	468	6.922	13.776	2.775	23.941	(23.941)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	550	-	-	550	-	550
Depreciação	(105)	(3.681)	(2.504)	(3.443)	(9.733)	-	(9.733)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	458	13.051	13.051	9.954	36.514	77.953	114.467
Custo	2.737	52.371	23.178	146.701	224.987	77.953	302.940
Depreciação acumulada	(2.279)	(39.320)	(10.127)	(136.747)	(188.473)	-	(188.473)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	458	13.051	13.051	9.954	36.514	77.953	114.467
Taxa média anual de depreciação %							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10	13	24	13			

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 5.874 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.407 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de 8,11% a.a. e 9,71% a.a., respectivamente.



12. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível				Infraestrutura em construção	Total do Intangível
	Exploração da infraestrutura concedida	Uso de sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação		
Saldos em 1º de janeiro de 2022	1.566.891	2.232	3.538	1.572.661	34.794	1.607.455
Adições	-	-	3.520	3.520	46.378	49.898
Transferências	19.875	603	(516)	19.962	(19.875)	87
Amortização	(333.613)	(947)	-	(334.560)	-	(334.560)
Outros (b)	5.252.674	-	-	5.252.674	-	5.252.674
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.505.827	1.888	6.542	6.514.257	61.297	6.575.554
Custo	8.940.431	23.893	6.542	8.970.866	61.297	9.032.163
Amortização acumulada	(2.434.604)	(22.005)	-	(2.456.609)	-	(2.456.609)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.505.827	1.888	6.542	6.514.257	61.297	6.575.554
Adições	-	-	3.634	3.634	59.966	63.600
Transferências	32.186	3.007	(3.007)	32.186	(32.186)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(550)	(550)	-	(550)
Amortização	(366.436)	(996)	-	(367.432)	-	(367.432)
Outros	(112)	-	-	(112)	-	(112)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.171.465	3.899	6.619	6.181.983	89.077	6.271.060
Custo	8.972.505	26.900	6.619	9.006.024	89.077	9.095.101
Amortização acumulada	(2.801.040)	(23.001)	-	(2.824.041)	-	(2.824.041)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.171.465	3.899	6.619	6.181.983	89.077	6.271.060
Taxa média anual de amortização %						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(a)	20	-		-	

(a) Amortização pela curva de benefício econômico; e

(b) Em 2022, do montante total, R\$ 5.254.057 refere-se ao Termo Aditivo e Modificativo Coletivo n.º 01/2022 (Acordo Definitivo) ao seu contrato de concessão, estabelecendo os valores finais dos desequilíbrios econômico-financeiros, previstos no Acordo Preliminar assinado em 29 de junho de 2021 e R\$ 1.383 refere-se a desapropriações. Tendo em vista a existência de saldo regulatório remanescente favorável à concessionária, seu contrato de concessão foi prorrogado até 31 de dezembro de 2037, de forma irrevogável e irretroatável. O valor justo atualizado (R\$ 5.254.057) deste direito foi mensurado em referência ao montante final pactuado entre as partes no Acordo Definitivo, cujos cálculos regulatórios seguiram os ritos normativos e métodos regulatórios aplicáveis, além de variáveis negociais. O direito foi reconhecido como ativo intangível, tendo contrapartida em receita, pois não existe nenhuma assunção de obrigação de execução de obras adicionais.

Em 2023, do montante total, R\$ 105 refere-se a desapropriações e R\$ 7 refere-se à caução.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 8.069 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 4.598 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de 8,11% a.a. e 9,71% a.a., respectivamente.

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2023	2022
		(% a.a.)				2023	2022
10a Emissão - Série única	CDI + 1,20% a.a.	1,3001% (a)	Outubro de 2026	2.798	521	338.307	449.848 (b)
12a Emissão - Série única	CDI + 1,30% a.a.	1,3630% (a)	Novembro de 2026	3.810	2.074	1.424.146	1.427.944 (c)
13a Emissão - Série única	CDI + 1,20% a.a.	1,2630% (a)	Setembro de 2027	901	656	341.489	342.222 (c)
14a Emissão - Série única	CDI + 2,14% a.a.	2,3631% (a)	Junho de 2028	20.401	18.286	2.645.565	- (c)
				Total	21.537	4.749.507	2.220.014

Concessionária do Sistema Anhanguera – Bandeirantes S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Circulante	162.960	163.004
Debêntures	167.744	163.583
Custos de transação	(4.784)	(579)
Não circulante	4.586.547	2.057.010
Debêntures	4.603.300	2.061.100
Custos de transação	(16.753)	(4.090)
Total geral	4.749.507	2.220.014

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR;

Garantias:

- (b) Fiança corporativa da CCR em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão; e
- (c) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2023
2025	807.800
2026	980.500
2027	1.225.000
2028	1.590.000
(-) Custo de transação	(16.753)
Total	4.586.547

A Companhia possui contratos financeiros, como debêntures, entre outros, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

14. Riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e contratuais.

14.1. Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

Concessionária do Sistema Anhanguera – Bandeirantes S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.096	6.818	46.845	55.759
Constituição	7.008	3.891	4.761	15.660
Reversão	(521)	(2.025)	(16.498)	(19.044)
Pagamentos	(6.370)	(5.288)	(9.184)	(20.842)
Atualização de bases processuais e monetária	367	447	1.819	2.633
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.580	3.843	27.743	34.166

14.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2023	2022
Cíveis e administrativos	21.880	7.279
Trabalhistas e previdenciários	6.135	2.408
Tributários	4.017	4.189
Total	32.032	13.876

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 16.168 (R\$ 35.157 em 31 de dezembro de 2022).

15. Provisão de manutenção

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	38.272	229.902	268.174
Constituição	260.346	81.711	342.057
Ajuste a valor presente	18.240	13.743	31.983
Realização	(113.968)	-	(113.968)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	202.890	325.356	528.246

As taxas nos exercícios findos em de 31 de dezembro 2023 e 2022, para o cálculo do valor presente, são de 9,24% a.a. e 9,64% a.a., respectivamente.

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 246.750, compostos por 175.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

16.2. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Concessionária do Sistema Anhanguera – Bandeirantes S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.3. Reserva de retenção de lucros

Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, e será aprovada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária.

16.4. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76).

Em 19 de julho de 2023, foi aprovado em Ata de Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos adicionais propostos nas Demonstrações Financeiras de 2022, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 11 de abril de 2023 (“AGO”), no valor de R\$ 3.027.132, correspondentes a R\$ 17,30 por ação ordinária, com base na composição acionária da referida AGO. Os dividendos aprovados foram pagos em 27 de julho de 2023.

Em 19 de julho de 2023, foi aprovado em Ata de Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intermediários nas Demonstrações Financeiras de 2022, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 11 de abril de 2023 (“AGO”), no valor de R\$ 197.400, correspondentes a R\$ 1,28 por ação ordinária, à conta de reserva de retenção de lucros de 2022, com base na composição acionária. Os dividendos aprovados foram pagos em 27 de julho de 2023.

Em 27 de novembro de 2023, foi aprovado em Ata de Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intermediários nas Demonstrações Financeiras de 2023, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 11 de abril de 2023 (“AGO”), no valor de R\$ 793.646, correspondentes a R\$ 4,54 por ação ordinária, com base na composição acionária da referida AGO. Os pagamentos dos dividendos aprovados ocorreram em 29 de novembro de 2023 no montante de R\$ 745.836 e em 27 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 47.810.

A Administração da Companhia propõe o destaque de Dividendos Adicionais Propostos, no montante de R\$ 156.358, relativo aos lucros apurados no exercício de 2023.

	2023
Lucro líquido do exercício	998.818
(-) Constituição de reserva legal	(49.350)
Lucro líquido ajustado	949.468
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	793.646
Total de juros sobre capital próprio a pagar	(41.493)
Total de Dividendos intermediários pagos	(793.646)
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	(835.139)

Em 31 de dezembro de 2023, não houve a necessidade de constituição dos dividendos mínimos obrigatórios, devido a aprovação de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio pagos e a pagar.

Concessionária do Sistema Anhanguera – Bandeirantes S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.5. Juros sobre capital próprio

Em 27 de março de 2023, foi aprovado em Ata de Assembleia Extraordinária (AGE), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 8.799, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R\$ 7.479, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 1.320, a serem pagos quando oportuno.

Em 21 de junho de 2023, foi aprovado em Ata de Assembleia Extraordinária (AGE), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 12.706, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R\$ 10.800, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 1.906, a serem pagos quando oportuno.

Em 21 de setembro de 2023, foi aprovado em Ata de Assembleia Extraordinária (AGE), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 14.608, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R\$ 12.417, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 2.191, a serem pagos quando oportuno.

Em 20 de dezembro de 2023, foi aprovado em Ata de Assembleia Extraordinária (AGE), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 12.701, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R\$ 10.797, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 1.904, a serem pagos quando oportuno.

16.6. Lucro básico e diluído

	2023	2022
⁴ Numerador		
Lucro líquido	998.818	4.348.896
Denominador		
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	175.000	175.000
Lucro por ação - básico e diluído	5,70753	24,85083

17. Receitas operacionais líquidas

	2023	2022
Receita bruta	3.423.034	8.213.029
Receitas de pedágio	3.306.681	2.859.816
Receitas de construção (ICPC01 R1)	50.347	40.653
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	6.899	4.282
Receita de reequilíbrio (a)	-	5.254.057
Receitas acessórias	59.107	54.221
Deduções das receitas brutas	(290.423)	(249.264)
Impostos sobre receitas	(289.950)	(248.651)
Abatimentos	(473)	(613)
Receita operacional líquida	3.132.611	7.963.765

(a) Refere-se a receita de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da celebração do Acordo Definitivo em 31 de março de 2022, pela Companhia.

Concessionária do Sistema Anhanguera – Bandeirantes S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado financeiro

	2023	2022
Despesas financeiras	(529.695)	(272.397)
Juros sobre debêntures	(509.064)	(267.582)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(31.983)	(7.817)
Capitalização de custos dos empréstimos	13.943	6.005
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(12)	(25)
Ajuste a valor presente - arrendamento	(29)	(51)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(2.550)	(2.927)
Receitas financeiras	122.450	53.822
Rendimento sobre aplicações financeiras	123.843	51.923
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	5	11
Juros e outras receitas financeiras	(1.398)	1.888
Resultado financeiro líquido	(407.245)	(218.575)

19. Instrumentos financeiros

19.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		2023	2022
Ativos	Nível	451.448	759.167
Valor justo através do resultado		185.941	552.057
Caixa e bancos	Nível 2	13.148	13.331
Aplicações financeiras	Nível 2	171.795	538.272
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	998	454
Custo amortizado		265.507	207.110
Contas a receber das operações		229.609	181.053
Contas a receber de partes relacionadas		35.898	26.057
Passivos		(4.854.843)	(2.321.684)
Valor justo através do resultado		(4.854.843)	(2.321.684)
Debêntures (a)	Nível 2	(4.749.507)	(2.220.014)
Fornecedores e outras contas a pagar		(79.349)	(69.674)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(10.286)	(7.261)
Passivo de arrendamento		(395)	(263)
Juros sobre o capital próprio		(10.797)	(19.923)
Obrigações com Poder Concedente		(4.509)	(4.549)
Total		(4.403.395)	(1.562.517)

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

Debêntures mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

Concessionária do Sistema Anhanguera – Bandeirantes S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023		2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	4.771.044	5.020.946	2.224.683	2.298.691

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de um componente de risco de crédito.

19.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Nos cálculos das análises de sensibilidade, não foram considerados novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

19.3. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2024, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ ^{(3) e (4)}	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
ODI	4.771.044	(652.044)	(794.078)	(936.128)
Efeito sobre debêntures		(652.044)	(794.078)	(936.128)
ODI	173.048	17.560	21.938	26.311
Efeito sobre as aplicações financeiras		17.560	21.938	26.311
Total do efeito líquido de ganhos / (perdas)		(634.484)	(772.140)	(909.817)

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	11,6500%	14,5625%	17,4750%
--------------------	----------	----------	----------

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo;

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável:

- (2) Taxa de 31/12/2023, divulgada pela B3;
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2023, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (4) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI).



20. Compromissos vinculados a contratos de concessão

20.1. Compromissos com o Poder Concedente - Outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 49.836, referente ao direito de outorga variável (R\$ 41.277 em 31 de dezembro de 2022).

20.2. Compromissos relativos à concessão

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Os valores demonstrados abaixo refletem o orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente.

	2023	2022
Compromissos relativos à concessão	3.342.916	3.261.921

21. Demonstração dos fluxos de caixa

21.1. Transações que não afetaram caixa

As transações que não afetaram caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2023	2022
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(112)	5.254.110
Tributos a recuperar	-	53
Receita de reequilíbrio	-	5.254.057
Desapropriações	(105)	-
Fornecedores	(7)	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	112	(5.254.110)
Outros de ativo imobilizado e intangível	112	(5.254.110)

21.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações do contrato de concessão.

Concessionária do Sistema Anhanguera – Bandeirantes S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

	Debêntures	Dividendos e juros sobre capital próprio	Arrendamentos	Total
Saldo inicial	(2.220.014)	(19.923)	(263)	(2.240.200)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(2.020.429)	4.068.797	490	2.048.858
Captações (líquidas dos custos de transação)	(2.629.598)	-	-	(2.629.598)
Pagamentos de principal e juros	609.169	4.068.797	490	4.678.456
Outras variações não afetam caixa	(509.064)	(4.059.671)	(622)	(4.569.357)
Despesas com juros e variação monetária	(509.064)	-	-	(509.064)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	(4.059.671)	-	(4.059.671)
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	(29)	(29)
Outras variações que não afetam caixa	-	-	(593)	(593)
Saldo final	(4.749.507)	(10.797)	(395)	(4.760.699)



Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente do Conselho
Waldo Edwin Perez Leskovar	Vice - Presidente do Conselho
Roberto Penna Chaves Neto	Conselheiro

Composição da Diretoria

Fausto Camilotti	Diretor Presidente e de RI
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor Operacional
Guilherme Motta Gomes	Diretor Obras

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0